



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FAFERJ

ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E LUTA CONTRA AS REMOÇÕES

Eladir Fátima Nascimento dos Santos

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO

eladirsantos@uol.com.br

O espaço provisório

Neste trabalho, além de apresentar o surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro, em meio ao sentimento de que elas eram algo provisório no cenário urbano, procurarei apresentar também as conseqüências desse sentimento de provisoriedade para o tardio processo de organização política dos favelados da cidade, já que este somente teve lugar a partir do final dos anos 1940.

Surgidas no Rio de Janeiro, então capital da república, no final do século XIX, as favelas sempre foram consideradas pelas autoridades constituídas como “aglomerados invasores” e por isso, passíveis de ações que procuravam soluções para sua erradicação. Essas ações, logo, se apresentavam ineficazes e até, em algumas situações, colaboradoras para a construção de outras favelas e expansão das que já existiam. Isso ocorria, em grande parte, porque a questão da habitação era concebida pelas instituições como algo eminentemente privado, estando a cargo somente dos indivíduos a viabilização de meios para suprirem suas necessidades de moradia. Ao Estado, somente cabia a regulamentação e fiscalização da utilização do espaço urbano.

A população pobre que não tinha condições de adquirir a propriedade ou a posse de habitações adequadas e servidas de infra-estrutura urbana via-se obrigada a ocupar os sopés, as encostas ou o alto dos morros que circundavam a cidade. De forma criativa, construía suas moradias com toda sorte de materiais improvisados ou restos de demolições que ocorriam nas áreas centrais da cidade. Esse tipo de habitação espalhou-se rapidamente no meio urbano e, contraditoriamente, tinha até certo amparo



2

legal. Constava da letra da lei, por descuido do legislador ou, ao contrário, talvez em atenção à necessidade e importância da mão-de-obra dos pobres para o funcionamento da cidade, a determinação do Decreto 391 de 10 de fevereiro de 1903 de que “os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações, e mediante licença”. Este decreto regulava a construção, reconstrução, acréscimos e consertos de prédios na área do Distrito Federal. Fazia parte de um conjunto de decretos e leis promulgadas no período entre janeiro de 1903 e outubro de 1904 e tinha como objetivo redefinir as atribuições municipais e discriminar as proibições na nova era que se inaugurava com as reformas urbana de Pereira Passos e sanitária de Oswaldo Cruz.

Pode-se dizer que o espírito de tal norma que colocava passível de licenciamento a posse de barracos toscos nos morros era legalizar a complacência das autoridades. Diante da incapacidade do Estado de fornecer meios para que todos os cidadãos tivessem suas moradias, fazia-se “vistas grossas” à proliferação das favelas.

Marins, em *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*, ao analisar as relações criadas, as estratégias e as formas de moradia dos pobres da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, atenta para o fato de que os morros estavam por toda parte, e quase todos eram desabitados; “quanto às licenças... essas puderam ser facilmente esquecidas, ou mesmo contornadas.” O autor afirma que quando morar nas habitações coletivas superlotadas alcançava um custo impossível, ou as condições de moradia ficavam insuportáveis, “umas poucas madeiras e a complacência das autoridades abriam novas – e panorâmicas – perspectivas de habitação” (MARINS, 1998, p.238).

As favelas cresciam a olhos vistos e, bem próximas das avenidas afrancesadas abertas no início do século. Suas presenças incomodavam os setores médios e ricos da sociedade que, se não sabiam as soluções para a erradicação das mesmas, constantemente, reclamavam da má vizinhança. Os jornais, porta-vozes desses setores, apresentavam em seus editoriais a inconformismo com a presença das favelas, como mostra o trecho a seguir.



O ano que findou trouxe novos problemas ao Rio e agravou, de maneira insuspeitada, alguns dos antigos. Entre estes, o das favelas parece ter sido o mais afetado. Basta, efetivamente, dar um balanço nas favelas existentes ao iniciar-se o ano e nas que ora aparecem para ver, de um lado, como surgiram novas, e, do outro, como se ampliaram as antigas. Sem desconhecer as causas profundas da proliferação dos barracos, não há como fechar os olhos à responsabilidade da fiscalização municipal. É evidente haver muito mais facilidade em impedir a construção de um barraco que na sua destruição. Não obstante, os fiscais fecham os olhos à realidade e não agem, como deviam, para evitar o surgimento de novas favelas. No ano que se inicia é preciso mudar esta situação. É indispensável obter das autoridades uma ação mais drástica a respeito. Sobretudo é necessário que a fiscalização atue como deve, não só fiscalizando para evitar o aparecimento de novas construções, mas igualmente agindo para impedir que estas cheguem a termo. Também os particulares precisam ser mais atentos ao assunto, clamando das autoridades providências capazes de evitar que a cidade se transforme num imenso pátio dos milagres ¹.

O chamado para que todos clamem por fiscalização é a única proposta efetiva do editorial que, mesmo afirmando não desconhecer as causas profundas da proliferação das favelas, não expõe essas causas e muito menos se propõe discuti-las.

Porém, interessa aqui observar que a solução de habitar nos morros, nos primeiros momentos, sempre esteve envolta em um sentimento de provisoriedade. Tanto para o morador quanto para as autoridades, aquela solução de moradia era provisória. Para o morador porque esse era constantemente alertado para o fato de que não detinha a propriedade do lugar e que ali se estabelecera por uma “boa vontade” dos poderes constituídos, enquanto não conseguia coisa melhor. Para as autoridades porque acreditavam que, em breve, regulamentariam o espaço urbano, despejariam os moradores indesejáveis, derrubariam os barracos toscos e restabeleceriam a ordem na cidade.

¹ Editorial do Jornal O Globo de 31 de dezembro de 1957, republicado em O Globo de 22 de setembro de 2007, na série de reportagens “ILEGAL...E DAÍ ?” p 19, 1º Caderno.



Tal sentimento de provisoriade está claro desde a criação da primeira favela, no Morro da Favela localizado na área atrás do prédio do Quartel General do antigo Ministério da Guerra. O aglomerado que ali se estabeleceu, e que terminou servindo de nome para designar outros aglomerados semelhantes, criou-se a partir das construções feitas pelos soldados chegados da Guerra de Canudos que obtiveram a permissão do Exército para se estabelecerem provisoriamente na região.

Procuró, aqui discutir essa questão das primeiras habitações em favelas como uma situação provisória porque acredito que ela pode, em parte, explicar a ausência de uma identidade espacial dos favelados da cidade até meados do século XX. Quando essa identidade ocorria, ela era bastante tênue e não suficiente para acarretar a organização de ações coletivas que visassem à permanência no lugar ou a melhoria das condições de vida no território da favela.

Os moradores das favelas, nos primeiros anos do século XX, introjetaram a idéia inculcada pelos setores dominantes, regra contida no direito civil, que separa a propriedade da posse. Regra essa somente aplicada para os segmentos pobres da sociedade, haja vista, o fato de que a constância na posse sempre foi a origem histórica da propriedade de terras em nosso país.

A organização e a luta pelo lugar

Os moradores de favelas somente iniciaram um processo de organização local, em meados dos anos 1940, com a formação das primeiras Comissões de Moradores nas favelas do Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia, para resistir à remoção forçada para os Parques Proletários. Depois de 1946, sob orientação da Igreja Católica, várias favelas criaram Associações de Moradores e, dessa forma, os moradores mostravam para os demais setores da sociedade que, não só estavam construindo a sua identidade espacial como, estavam dispostos a lutar pelo seu território. Deixavam de lado a idéia de que ali estavam instalados provisoriamente.



Num claro prosseguimento desse processo, nos anos 1954 e 1959 os favelados criaram respectivamente a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) e a Coligação dos Trabalhadores Favelados (CTF), demonstrando sua capacidade autônoma de organização, e procurando expandir para outras regiões a organização que até aquele momento ainda se dava de forma muito localizada.

Essas duas entidades, UTF e CTF, iniciadoras do movimento favelado regionalizado na cidade procuravam ainda requalificar a categoria “favelado”, identificando-a com a categoria “trabalhador”, e, portanto, no contexto dos anos 50, capaz de exigir direitos (BURGOS, 2004, p. 30). No entanto, suas propostas organizativas autônomas para as favelas foram interrompidas por ações do Estado com o auxílio da Igreja, que atuava através da Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião, incentivando a criação de Associações de Moradores, entidades que não representavam uma política interna independente. Esses dois braços da Igreja Católica, Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião, foram efetivos, durante certo tempo, no papel de procurar evitar os conflitos sociais, uma vez que disciplinavam os favelados para obter um clima de harmonia na cidade.

No início da década de 1960, com dados não muito precisos, a despeito de ter ocorrido um censo oficial em 1960, os órgãos do governo tinham em conta que a população residente em favelas, no antigo estado da Guanabara, estava na ordem de trezentos e trinta e cinco mil moradores, compondo cerca de dez por cento dos habitantes da cidade-estado que possuía um total de três milhões trezentos e seis mil habitantes. Esse dado mostrava que a favela, uma das formas de moradia que restaram para a população pobre da cidade, e que vinha sendo combatida, em vários momentos, através de ações governamentais, estabelecera-se no espaço urbano de forma incontestável.

Ocorre que os anos 1960 foram peculiares para a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes. A capital federal transferira-se para Brasília, em 1959, e neste mesmo ano criara-se a cidade-estado da Guanabara. O Brasil vivia ainda a euforia iniciada nos primeiros momentos do governo do presidente Juscelino Kubitschek que havia



6
construído Brasília e criado a Guanabara. Também o movimento popular se organizava e as lideranças sindicais reivindicavam melhores condições de vida e trabalho.

Nas eleições de 1960, Carlos Lacerda foi eleito primeiro governador do Estado da Guanabara, com um total de 35,7 por cento dos votos válidos. Em sua campanha prometera acabar com o que chamava de “desordem urbana” e realizar uma verdadeira ruptura com o atraso que impedia o desenvolvimento da cidade-estado. Constava de seu conceito de desordem urbana a presença das favelas no cenário da cidade. Portanto, era necessário erradicá-las. Para isso as articulações do governador deram-se no sentido de controlar instituições e organizações que tratavam da questão favela. Suas preocupações eram captar poderes locais e tornar eficaz sua pretensão ligada ao remocionismo.

Argüindo as antigas noções da ilegalidade e da transgressão ao ordenamento que a favela representava, o governador organizou todo um processo para reprimi-la. Criou órgãos e encampou os já existentes, colocando todos aqueles que tratavam do assunto favela, sob seu controle.

Após todas as articulações políticas e administrativas realizadas pelo governador, uma das coisas mais inesperadas, no cenário político da Guanabara, seria o surgimento de uma alternativa de organização autônoma dos favelados para resistir ao remocionismo. Porém, foi exatamente o que ocorreu. Durante o processo de remoção da favela do Pasmado, vinte e oito associações surpreenderam os poderes públicos num processo de disputa pelo espaço urbano, quando resolveram se organizar em federação e empreender uma luta contra o remocionismo. Dessa forma foi criada, em junho de 1963, a Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara (FAFEG)² com o objetivo de organizar a luta contra as remoções de favelas.

Por ser uma organização federativa, a FAFEG tinha como suas filiadas, as Associações de Moradores, cujos presidentes formavam o Conselho de Representantes,

² Utilizarei a sigla FAFEG quando estiver me referindo à entidade e suas atuações no período anterior a abril de 1975, ano da fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, ato que acarretou o desaparecimento da Guanabara como estado da federação. Utilizarei, quando me referir à entidade e suas ações a partir de abril de 1975, a sigla FAFERJ.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

7

órgão deliberativo da entidade. O órgão executivo era a Diretoria, eleita pelo Conselho e formada por lideranças que já possuíam uma certa militância no movimento popular ou no movimento sindical.

A remoção da favela do Pasmado, na zona sul da cidade, havia atraído a atenção da imprensa e dos políticos de oposição ao governador Carlos Lacerda. Foi uma remoção, realizada de forma bastante truculenta. Ela atendia a interesses dos que ansiavam pelo embelezamento da cidade, construção de prédios de luxo e a expulsão da vizinhança indesejável. Após a remoção ateou-se fogo aos despojos.

Todos esses aspectos dessa remoção bastante emblemática que, inclusive simbolizava o que viria a seguir em termos de remoções de comunidades faveladas conscientizaram as lideranças, presidentes de Associações de Moradores da necessidade de organização para deter a concentração de poderes nas instituições que tratavam da questão favela. A FAFEG resistiu organizando manifestações nas áreas ameaçadas de remoção e apresentou-se como única organização a defender os reais interesses dos favelados.

Mais uma vez quero atentar para a questão de que a criação de uma organização federativa como a FAFEG somente foi possível a partir do momento em que se dissipou o sentimento de provisoriedade da favela. A luta contra as remoções ou despejos organizou-se sob a ação das lideranças e tornou-se viável pela anterior construção de uma territorialidade, e com ela uma necessidade de defesa do espaço que servia de moradia. Com a criação da FAFEG os favelados tiveram grande visibilidade na imprensa, denunciaram a violência e a repressão e, sobretudo, deixavam claro para a sociedade que o espaço urbano estava mal distribuído.

O ano de 1963 correspondeu ao momento em que o presidente João Goulart procurava implementar o Plano Trienal e adoção de reformas de base como a reforma agrária, reforma tributária, reforma administrativa, reforma bancária, eleitoral e educacional. Tal clima de reformas era resultante da reação de setores populares que passavam a entender seu poder eleitoral e exigir direitos sociais. Embora as reformas estruturais nunca tenham saído do papel, naqueles momentos que antecederam o golpe



8

civil-militar de 1964 e a implantação da ditadura militar no país, esteve claro, tanto para os setores dominantes quanto para os setores populares, neste último incluídos os favelados da Guanabara, que estava em jogo uma grande alteração das forças políticas. Com a implementação da reforma agrária, concessão do direito de voto aos analfabetos, ampliação dos beneficiários do ensino público e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, emergiria uma nova realidade social no país. O poder dos setores dominantes seria atingido em cheio. Tal constatação cada vez mais animava o nível de organização dos setores populares e o poder na sua circularidade, transitava até os favelados da mais cosmopolita e politizada das cidades do país.

Estas observações iniciais levam à formulação do principal objetivo deste trabalho que é procurar identificar e analisar as memórias construídas sobre as atuações da organização FAFEG, atual FAFERJ. Para atingir esse objetivo foram buscadas e analisadas as narrativas de antigos diretores da entidade organizativa, assim como outros documentos que tratam da organização do movimento dos favelados da cidade e das remoções de favelas.

As “falas” dos favelados e de suas lideranças, acrescentam dados novos aos conhecimentos obtidos e, dessa forma, se pudesse refletir sobre o processo de criação e atuação da organização para melhor entender como se distribuíram e atuaram os moradores das favelas do Rio de Janeiro, no tempo e no espaço da cidade.

Com este trabalho, não se pretende somente analisar as atuações da FAFERJ. Pretende-se também inferir sobre o papel que a FAFERJ teve no sentido de “não permitir” a “naturalização” do espaço favela. Isto é importante porque a inscrição das realidades sociais no mundo natural acarreta a idéia de que as diferenças produzidas pela história pareçam terem sido produzidas pela natureza das coisas e que, por isso, passam a ser aceitas como normalidades. As atuações políticas da FAFERJ, mesmo ora transitando entre uma intensa politização e ora entre uma aparente cooperação com o estado; ao longo de toda a sua existência, procurou, a cada momento, mostrar, por vezes, somente com a sua própria existência, que ocorre na cidade um conflito, uma luta



9

pelo espaço físico e social contra os interesses de setores dominantes representados na estrutura das instituições do estado e da sociedade hierarquizada.

A FAFEG organizou-se em meio dos embates advindos dos conflitos presentes nas relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico³ da cidade do Rio de Janeiro. Esses embates resultavam, ora na vitória dos poderosos setores que se encontravam representados nas instituições do estado que realizava remoções de amplas parcelas da população para áreas distantes do centro do Rio de Janeiro e, ora na vitória obtida com a resistência empreendida e conquista de direitos.

As memórias construídas

Percebe-se, nos relatos que contêm as memórias hoje construídas, que há a presença de dois tipos de memórias sobre as experiências da organização. Essas memórias se relacionavam com diferentes períodos da vida da entidade organizativa. Memórias de uma entidade de luta, com confrontos radicais contra instituições governamentais que não reconheciam os interesses dos favelados e memórias de uma entidade colaboracionista, mera executora de políticas públicas para as favelas.

No entanto, verifica-se que é mais forte a presença da memória de uma entidade de luta, ou seja, de uma organização politizada, autônoma, combativa e representativa do conjunto de favelados do Rio de Janeiro. Uma memória de embates e disputas com os órgãos públicos pelos reais interesses dos favelados, uma memória que apresenta o conjunto de ações mais radicais da organização, como elemento fundamental de sua identidade política. Pode-se dizer que esse passado de lutas é uma memória muito presente e que o mesmo transformou-se na tradição de reconhecer-se a organização como entidade singular, exclusiva e destacada entre outras, suas congêneres surgidas no movimento dos favelados, antes e depois da sua criação.

³ Sobre espaço físico e espaço social, foi visto em Bourdieu: “Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos *confusa*: o poder sobre o espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos”. (1991:160).



Mesmo assim, algumas vezes, dos trinta primeiros anos da vida da organização foram encontradas memórias de momentos, em que as ações da entidade organizativa estiveram marcadas pela falta de autonomia e pela dependência dos governos, fatos que teriam atuado no sentido de que ela abandonasse o seu caráter de luta e deixasse de cobrar direitos. São memórias de uma entidade despolitizada, afeita a servir, ao clientelismo, dependente do estado e colocando-se como braço do governo para que este implementasse a sua política para as favelas da cidade.

O objetivo não será provar qual dessas memórias representa o que foi melhor para o conjunto de favelados, nem de constatar as ambigüidades advindas da superposição das funções administrativas de colaboração com o governo e as funções do espaço de representação política. Trata-se sim, de compreender o processo de construção e desenvolvimento da entidade organizativa dos favelados na realidade da cidade do Rio de Janeiro, com todas as implicações existentes. A idéia é, a partir das análises das entrevistas com antigas lideranças e da análise de outros materiais, mostrar os impasses, tensões e desafios que definiram o desenho político da organização federativa, em vários períodos de sua existência.

Nos primeiros dez anos de atuação da FAFEG, na cidade-estado da Guanabara (1963-1973) encontramos as diversas propostas então apresentadas para a solução da questão favela, especialmente a remoção. Eram propostas que se ligavam aos interesses antigos de uma metrópole nos trópicos e aos interesses imediatos da conjuntura política e administrativa da Guanabara dos anos 1960. Verifica-se que a FAFEG surgiu no momento de pico das tensões entre o passado e aquele presente; entre as continuidades e as rupturas que o governo de então procurava realizar. As continuidades desejadas eram com uma cidade que fora a capital do país, cidade com um passado transformado em tradição que lhe conferia o *status* de continuar sendo centro político e caixa de ressonância das questões nacionais. As rupturas que se buscava eram com o atraso, os problemas urbanos como a falta d'água e o que o governador Carlos Lacerda chamava de “desordem urbana”, na qual estava incluída a presença das favelas.



Nos primeiros anos de sua existência, as ações básicas da FAFEG eram no sentido de impedir remoções⁴ e se opor ao feixe de poderes concentrados nas mãos do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Nesse ponto são analisadas as relações de poder entre as instituições estatais, semi-estatais ou religiosas e a FAFEG. Observam-se os vários elementos que estruturaram, ao longo desses primeiros dez anos da entidade organizativa, onde estiveram presentes a politização das relações e os enfrentamentos radicalizados. É neste período que se estabelecem a relação de identidade entre a organização federativa e os favelados e também os principais elementos que sustentaram essa relação. Percebe-se que esses elementos estão bastante cristalizados nas memórias das antigas lideranças. .

A FAFEG, sob as lideranças de Vicente Ferreira Mariano e Lucio de Paula Bispo, realizou o 1º e o 2º Congressos de favelados (1964 e 1968). Em 1972 realizou o 3º Congresso. Esses eventos tiveram como principal objetivo a união das associações contra as remoções. Após o 2º. Congresso vários diretores da FAFEG foram presos, inclusive sua maior liderança que era Vicente Ferreira Mariano que veio a falecer em 1971, logo após a sua saída de uma das prisões das várias a que fora submetido pelos organismos da ditadura militar.

Entre 1973 e 1979, a FAFEG é calada e impedida de se fazer presente no cenário político da cidade do Rio de Janeiro. O período localiza-se entre a realização do 3º. Congresso de Favelados de 1972, passando pela intensificação da perseguição política e pelo silenciamento das lideranças faveladas por ação dos organismos de repressão da ditadura militar; terminando com a reorganização da FAFERJ, nos primeiros meses de 1979. Nele observamos os limites e as especificidades da luta dos favelados através de sua entidade organizativa. Luta marcada por tensões entre a autonomia e as relações que geraram dependência das instituições governamentais. Tais limites e especificidades originaram a atividade rotineira e cotidiana de atuar

⁴ Neste período o termo “remoção” passou a ser utilizado pelo governo do estado em substituição ao termo “despejo”, utilizado pelos moradores das favelas que sofriam essa intervenção. As instituições do Estado e a Igreja passaram a usar o termo para afirmar o fato de que se estava oferecendo um novo lugar para os despejados.



12

praticamente como parte da estrutura administrativa do estado. Foram verificados as composições de interesses, alianças políticas e o peso da atuação das instituições do estado sobre a entidade organizativa e, foram também observadas as atuações frustradas contra as muitas remoções do período. Nessa parte, observaram-se as posições tomadas pela organização, através de seus diretores, num campo em que se preteriu os enfrentamentos em favor da cooptação e cooperação, atitudes que fizeram predominar, no período, a posição das favelas do Rio de Janeiro como *locus* privilegiado de práticas eleitoreiras que estabeleciam uma relação de troca entre o voto e os favores obtidos.

Em 1979, após esse período de grandes dificuldades para a atuação política, a FAFERJ ressurgiu no cenário político da cidade. Foi presidida por onze anos por Irineu Guimarães, detentor de um grande carisma político na condução da entidade.

A literatura sobre as favelas apresenta a reestruturação da FAFERJ em 1979 como um marco, uma alternativa de organização autônoma dos favelados.

O ressurgimento da FAFERJ na cena política ocorre num momento de enorme expansão dos movimentos urbanos e a organização ganha grande visibilidade juntando-se a outras organizações do movimento popular. O objetivo comum dessas organizações era por um fim à ditadura militar e ao grande arrocho salarial da política econômica em vigor. Viviam-se o governo do general João Figueiredo e estava em curso a chamada “abertura política” iniciada desde o governo anterior do general Ernesto Geisel. A forte urbanização ocorrida no período dos governos militares e a ausência de uma política de habitação para as classes populares levaram à formação de cidades com grande concentração de populações marginalizadas e no Rio de Janeiro cresceu a população residente em favelas

As ações da FAFERJ se dão no sentido da organização de novas Associações de Moradores e colaborando para a construção de um novo caráter para essas Associações, suas filiadas, um caráter de luta e de efetiva representação dos favelados. A FAFERJ, neste período, organizou dois Encontros Estaduais de Favelas e o 4º. Congresso de Favelas em 1984. Foram espaços de demonstração de força organizativa e de apresentação de reivindicações. Foram também momentos de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

13

comemorações⁵ que tinham como objetivo reafirmar a identidade política da FAFERJ, como a entidade que esteve sempre presente nos momentos de luta e pela garantia dos direitos. O 4º Congresso foi em homenagem àquele que se tornara o símbolo da luta dos favelados do Rio de Janeiro: Vicente Ferreira Mariano, morto em 1971.

A prática política da FAFERJ, nesses anos, foi pautada pela construção de redes sociais que procuravam dinamizar as ações da entidade no sentido de obter-se o atendimento das reivindicações. Esse período foi marcado por uma intensa atuação política em que todo o movimento popular se reorganizava, nos momentos finais da ditadura militar. A FAFERJ passou a ter grande projeção e ampliou o seu espaço físico de atuação para todo o estado do Rio de Janeiro e seu espaço político projetando-se nacionalmente no movimento de Associações de Moradores. Participou ativamente da organização da CONAM⁶. Caravanas de favelados do Rio de Janeiro, coordenadas pela FAFERJ participam de encontros organizativos em outras cidades brasileiras como São Paulo e Brasília, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre com a finalidade de nacionalizar a luta dos favelados pela apropriação do espaço urbano e dos moradores das cidades por melhores condições de vida, todos unidos contra a ditadura militar.

A partir de 1984, se abrandou um pouco a ameaça constante das remoções de favelas e ressurgiram as práticas de cooperação com os órgãos estatais em atitudes semelhantes às do período 1973 - 1979. Resulta dessas práticas a facilidade com que as intervenções do estado ocorreram nas favelas do estado principalmente como espaço para implementação de projetos como o *Mutirão*.

Já no início dos anos 1990, as práticas da FAFERJ ficaram bastante prejudicadas por um conjunto de fatores antigos e novos que abalaram sua

⁵ Sobre comemoração e sua relação com a memória e a identidade social, foi visto em Pollak (1992) no seu estudo sobre o “enquadramento de memória” e nas suas análises sobre os investimentos que alguns membros de um grupo fazem, ao longo do tempo, em um trabalho de destacar pessoas e eventos que devem ser comemorados para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência.

⁶ CONAM- (Confederação Nacional de Associações de Moradores) Organização criada no Encontro Nacional de Associações e Federações de Moradores realizado em novembro de 1981 na cidade de São Paulo, no auge da atuação dos chamados novos movimentos sociais urbanos, que além de reivindicarem o direito à cidade, lutavam pelo fim da ditadura militar



14

representatividade. Fatores antigos como a falta de autonomia diante do governo e cooptação das lideranças. Fatores novos como os problemas surgidos a partir da entrada de um novo elemento complicador nas favelas da cidade: o tráfico de drogas e sua principal consequência que é a violência urbana. A FAFERJ, assim como as demais organizações dos setores mais desprivilegiados da sociedade, passou a viver os momentos de crise da ação coletiva e dos movimentos populares tendo pouco espaço de atuação para o cumprimento das suas finalidades iniciais.

A FAFERJ, já nos primeiros anos da década de 1990, posiciona-se, sentindo a instabilidade das organizações sociais que viam ameaçadas sua memória e seu espaço pelas novas condições de um novo espaço-tempo incompatível com o das organizações posto que, cada vez mais, esses novos tempos propõem um alisamento na busca de soluções individuais e sem resistências organizadas.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena, *Ouvir Contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense. 1994.

BLANK, Gilda. Brás de Pina – Experiência de urbanização de favela. In. *Habitação em Questão*. VALLADARES. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: *A Miséria do Mundo*, (Org.). BOURDIEU, Pierre, Petrópolis: Vozes. 2003

.....*O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Berthand Brasil. 2007.

.....Condição de Classe e Posição de Classe. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro. In: *Um século de Favela*. Org. ZALUAR & ALVITO. Rio de Janeiro: FGV. 1998.



15

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CHISAM (Revista Institucional do Ministério do Interior). 1971

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo. 2006.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades – alternativas para a crise urban*. Petrópolis-RJ: Vozes. 2008.

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolau. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras 1998.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Em Busca do Progresso – Pereira Passos e as Posturas Municipais Rio de Janeiro (1902-1906)*. Anais do 49º Congresso de Americanistas. Quito, Equador. 1997.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares* São Paulo Projeto História – Revista do Programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. volume 10, 1993

NUNES, Guida *Rio, metrópole de 300 favelas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara – a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial. 2007.

PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade – Favelas e Política no Rio de Janeiro*. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n.3, 1989, pp. 3-15



16

.....Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol.5, n.1º, 1992, p.200-212.

SANTANA, Marco Aurélio. Memória, Cidade e Cidadania. In. *Memória e Espaço*.

COSTA, Icléia Thiesen & GONDAR, Jô (orgs). Rio de Janeiro: 7 letras. 2000.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In. *Habitação em Questão*. Valladares (org.). Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Social e Teoria Social*. São Paulo: Annablume. 2003

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. Introdução de *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolau (Org.). São Paulo: Companhia das Letras 2006.

SILVA, Luís Antonio Machado. *A Política na Favela*. In: Cadernos Brasileiros. Nº 41. Maio-Junho 1967

VALLA, Victor Vicent e alunos. *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes. 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. MEDEIROS, Lídia. CHINELLI, Filippina. *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro – 1906-2000 – Uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2003.

.....*Associações voluntárias na favela* In: *Ciência e Cultura*, v.29, n.12, 1977.

.....*A invenção da favela- do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro. FGV, 2005

VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

17
